



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

Reaver os terrenos desaproveitados para a construção de habitação pública é a tarefa mais importante da política de habitação a médio prazo. No início do passado mês de Agosto, através da Assembleia Legislativa, exerci o meu poder de Deputado para solicitar e divulgar as informações seguintes: 1) Já várias vezes o Governo da REAM afirmou, publicamente, que estava a envidar esforços para reaver 48 terrenos desaproveitados. Onde ficam e qual é a área de cada um desses terrenos? 2) Quem são os concessionários desses 48 terrenos? 3) Qual é a natureza dos planos desses 48 terrenos? Podem ou não podem ser aproveitados para fins habitacionais?

Recentemente, recebi os elementos facultados pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, que revelam essencialmente o seguinte: “Desde 2009, o Governo começou a tratar, a ritmo cada vez mais acelerado, os terrenos concedidos mas não aproveitados. A DSSOPT terminou, no prazo legal, o relatório de análise sobre 48 casos em relação aos quais pode haver lugar a responsabilização. Depois de ouvir os respectivos pareceres jurídicos, foram activados os procedimentos sobre a audiência para declaração da nulidade da concessão e outros procedimentos legais à posteriori relativos a mais de 20 casos.”. “Uma vez comprovada a responsabilização dos concessionários dos respectivos terrenos e declarada a sua nulidade, a decisão será publicada no Boletim Oficial.”. Isto significa que nem um único



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

terreno foi reavido! Esses 48 terrenos e os outros 20 e tal cujos procedimentos legais foram activados, onde ficam? Quais são as respectivas áreas? Quem são os concessionários? Quais são os terrenos que podem ser aproveitados para a construção de habitação pública? Os elementos facultados pela DSSOPT, em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, não respondem a todas as questões levantadas. E, na minha opinião, o Governo não deve continuar a desculpar as faltas dos magnatas.

Assim sendo, gostaria de interpelar sobre o seguinte:

1. A concessão de terrenos tem implicações significativas com o interesse público, portanto, a decisão de concessão, a identificação do concessionário e os requisitos da concessão têm que ser legalmente divulgados. Quando um terreno concedido não é aproveitado dentro do prazo e o facto é comprovado pelo Governo, este, enquanto governo transparente, deve adoptar o mesmo tratamento para todos os casos, e divulgar os respectivos elementos, não é verdade? A divulgação justa dos elementos não contribuirá para reforçar o sentido de responsabilidade social das empresas e para proteger melhor o seu prestígio?

2. O Governo deve divulgar, de imediato, os elementos sobre a localização, finalidade, área de construção e identificação dos concessionários dos 48 terrenos cujos relatórios de análise foram já concluídos. Vai fazê-lo?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. O Governo deve divulgar, de imediato, os elementos sobre a localização, finalidade, área de construção e identificação dos concessionários dos cerca de 20 terrenos desaproveitados cujos relatórios de análise foram já concluídos e cujos procedimentos de declaração da nulidade da concessão foram já activados. Vai fazê-lo?

15 de Dezembro de 2014.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região

Administrativa Especial de Macau,

Ng Kuok Cheong